

Introdução

A história da Economia Política apresenta exemplos abundantes de precursores esquecidos, cuja obra, não encontrando eco em sua época, foi redescoberta somente depois que as idéias mais importantes do autor já haviam sido difundidas por outros. Essa história é também rica de notáveis coincidências de descobertas simultâneas e de casos em que determinados livros tiveram destinos especiais. Será difícil, porém, encontrar na Economia Política, ou em qualquer ciência, exemplos de outro autor que obtivesse o reconhecimento universal por revolucionar as bases de uma ciência já bem desenvolvida e cujas obras, no entanto, permanecessem tão desconhecidas, como as de Carl Menger. Dificilmente existe caso paralelo em tão duradoura e constante mas, igualmente, tenha tido, por circunstâncias puramente casuais, divulgação tão restrita.

Entre os historiadores não pode haver dúvida alguma de que a posição quase única da Escola austríaca no decurso dos últimos sessenta anos, com referência à evolução da Economia Política, se deve quase integralmente às bases lançadas por Carl Menger. O renome da Escola fora da Áustria e o ulterior desenvolvimento de partes importantes do sistema devem-se aos esforços de seus brilhantes seguidores — Eugen von Boehm-Bawerk e Friedrich von Wieser. Constatar que suas idéias básicas provêm integralmente de Carl Menger, no entanto, não diminui seus méritos. Se Menger não tivesse tido esses discípulos, provavelmente permaneceria quase desconhecido. Talvez até compartilhasse o destino dos muitos homens de talento que anteciparam as suas idéias fundamentais, mas foram esquecidos; também é quase certo que durante muito tempo pouca importância lhe tenham dado fora dos países de língua alemã. Por outro lado, o que é comum aos seguidores da Escola austríaca, o que faz a sua peculiaridade e o que tornou possíveis as posteriores contribuições científicas desses autores foi a adoção da doutrina de Carl Menger.

A descoberta independente e quase simultânea do princípio da utilidade marginal por William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras é fato soberbamente conhecido e torna desnecessário detemo-nos no assunto. O ano de 1871, em que apareceram a *Theory of Political Economy* de Jevons, bem como os *Princípios da Economia Política* de Carl Menger, é hoje considerado por todos, e com razão, o início de uma nova época na evolução da Economia Política. Jevons já havia exposto suas idéias básicas nove anos antes, em uma conferência (publicada em

1866), a qual, porém, só despertou pouca atenção na época. Walras, por sua vez, só conseguiu a publicar sua obra em 1874. Assim mesmo tem-se a certeza plena de que os trabalhos desses três fundadores se desenvolveram totalmente independentes uns dos outros. Embora sejam as mesmas suas preocupações centrais — ou seja, a parte do sistema à qual eles mesmos e seus contemporâneos atribuem naturalmente a maior importância — seus trabalhos diferem entre si essencialmente quanto aos respectivos caráter geral e quadro referencial de fundo, de modo que, de fato, o problema mais interessante a colocar-se é a questão de como caminhos tão diversos podem levar a resultados tão parecidos.

Para compreender o fundo intelectual da obra de Carl Menger, são oportunas algumas observações sobre a situação geral da Economia Política naquela época. Embora o quarto de século decorrido entre a data de publicação dos *Principles* de J. S. Mill (1848) e o aparecimento da nova Escola testemunhe, de múltiplas formas, os maiores triunfos da Economia Política clássica no setor prático, a validade de seus fundamentos, sobretudo a sua teoria sobre o valor, era cada vez mais posta em dúvida. Para revelar as deficiências do sistema clássico talvez tenha contribuído, entre outros fatores, a própria exposição sistemática contida nos *Principles* de J. S. Mill, não obstante ou talvez mesmo em função da falsa satisfação do autor com o perfeito estágio da teoria sobre o valor, além da posterior revogação de outros pontos importantes de sua doutrina. Em todo caso, multiplicaram-se, na maioria dos países, as críticas ao sistema e os esforços para o encontro de uma nova visão das coisas. Todavia, em nenhum país registrou-se decadência tão rápida e tão completa da Escola Clássica da Economia Política como na Alemanha. Sob o fogo cruzado da Escola histórica, não apenas abandonaram totalmente as doutrinas clássicas — que, aliás, nunca haviam criado raízes profundas na Alemanha — mas encaram com profunda desconfiança toda e qualquer tentativa de análise teórica. Isso, em parte, se devia a considerações de ordem metodológica. A causa principal, porém, era uma forte aversão às conclusões práticas da Escola clássica inglesa; esta constituía um obstáculo para os esforços de reformulação do novo grupo que, com orgulho, se autodenominava "Escola étnica". Na Inglaterra, simplesmente estagnava o processo da Ciência Econômica. Ao contrário, na Alemanha surgiu uma segunda geração de economistas políticos de tendência histórica, geração que nunca chegou a familiarizar-se com o único sistema teórico bem desenvolvido existente, além de haver-se habituado a considerar inútil, se não abertamente prejudicial, toda e qualquer especulação teórica.

As doutrinas da Escola clássica haviam presumivelmente caído em tal descrédito que, aos interessados em problemas teóricos, já não serviriam de possível base para inovações. Nas obras dos autores alemães de Economia Política da primeira metade do século XIX existiam, no entanto, pontos de partida que possibilitavam nova evolução.¹ Mais um dos motivos pelos quais a Escola clássica jamais lograra criar raízes na Alemanha era o seguinte: os autores alemães de Economia Política sempre tiveram consciência da existência de certas contradições inerentes a toda teoria sobre o valor dos custos ou sobre o valor do trabalho. Partindo talvez das obras de Galvani e de outros autores franceses e italianos do século XVIII, conservava-se na Alemanha uma tradição que recusava separar totalmente o valor da utilidade. Do início do século XIX até os anos 50 e 60, uma série de autores — entre os quais Hermann talvez fosse o de maior destaque e influência (e Gossen, um ple-

no sucesso, permanecesse totalmente ignorado) — tentaram combinar o conceito de utilidade com o de escassez, para esclarecer o conceito de valor. Assim chegavam, freqüentemente, bem perto da solução encontrada por Menger. O grande débito da obra de Menger seria, pois, para com essas especulações, que para os economistas políticos ingleses da época, voltados mais para a prática, forçosamente pareciam fugas inúteis para o campo da Filosofia. Um exame das notas explicativas de rodapé encontradas nos *Principios da Economia Política* de Menger, ou um exame do índice de autores anexo à presente edição de sua obra, revela o conhecimento extraordinariamente profundo que Menger possuía desses autores alemães, franceses e italianos, e quão ínfima é, em comparação, a influência dos clássicos ingleses sobre ele.

Provavelmente Menger supere todos os co-fundadores da teoria da utilidade marginal no tocante à extensão de seu conhecimento da bibliografia especializada — um conhecimento tão vasto que, pela reduzida idade do autor por ocasião da redação dos *Principios*, só poderia ser esperado de um apaixonado colecionador de livros, estimulado por Roscher, exemplo de autores citados, o que explica basicamente a diferença de ponto de partida de sua pesquisa, em relação aos de Jevons e Walras.² É significativo que Menger, na época em que escreveu os *Principios de Economia Política*, obviamente não conhecia os trabalhos de Cournot, autor no qual parecem basear-se, direta ou indiretamente, os demais fundadores da Economia Política moderna, Walras, Marshall e possivelmente também Jevons.³ Ainda mais surpreendente é, porém, que Menger nessa época obviamente ainda não conhecia a obra de Thünen, com a qual certamente estaria em profunda sintonia. Se, pois, por um lado se pode dizer que Menger trabalhou em circunstâncias manifestamente favoráveis à elaboração de uma análise teórica da utilidade, por outro, é inegável que, para elaborar uma teoria moderna sobre o preço, ele não dispunha da base firme e sólida com que puderam contar seus colegas, a influência de Cournot, à qual se acresce ainda, no caso de Walras, a influência de Dupuit,⁴ e no caso de Marshall, a de Thünen.

Seria interessante procurar imaginar qual teria sido a evolução do pensamento de Menger, se ele tivesse travado conhecimento com os citados fundadores da análise matemática. É notável que, quanto sabemos, em parte alguma tenha feito qualquer observação sobre o valor da Matemática como instrumento para a teoria econômica,⁵ embora se possa presumir que não lhe falassem conhecimento técnico ou nem pendor para essa ciência. Pelo contrário, é incontestável seu interesse pelas ciências naturais, e sua obra toda evidencia forte predileção pelo método dessas ciências. Também o interesse de seus irmãos, nomeadamente Anton, pela Matemática, e o fato de seu filho Karl ter-se tomado um matemático de renome, indicam a existência de um pendor para a Matemática na família Menger. Mas, embora chegasse a conhecer, mais tarde, os trabalhos de Jevons e de Walras, bem como os de seus compatriotas Auspitz e Lieben, Menger e seus escritos sobre as ques-

² Não é surpresa que não tenha conhecido seu predecessor alemão imediato, H. H. Gossen. Pois nem Jevons nem Walras o conheciam, pelo menos não na época em que expunham pela primeira vez suas idéias. O primeiro livro que fez justiça à obra de Gossen foi a *Arbeitsfrage* (2ª ed.), de F. A. Lange, publicada em 1870, quando os *Principios da Economia Política* de Menger provavelmente já estavam no prelo.

³ Sir John Hicks contou-me ter razões para supor que a representação gráfica da teoria do monopólio de Lardner, cuja influência Jevons confessava, ter sentido de imediato, provém de Cournot. Ver, a respeito, o artigo de Hicks sobre "Wald", em *Econométrica*, v. 2 (1934).

⁴ Menger conhecia, no entanto, o trabalho de A. A. Walras, pai de Léon Walras, que cita na 6ª nota do cap. II desta tradução dos *Principios da Economia Política*.

⁵ Ver as duas cartas de Menger a Walras (1883 e 1884), reproduzidas nos volumes I e II da *Correspondence of Léon Walras*, publicadas por William Jaffe, Amsterdam, 1965.

¹ O mesmo vale em grande parte também para a França. Até na Inglaterra existe certa tradição não ortodoxa, da qual se podia afirmar a mesma coisa. Só que esta se encontrava totalmente à sombra da Escola clássica dominante. No entanto, ela é importante, porque o trabalho de seu destacado representante, Longfield, indiscutivelmente exerceu alguma influência sobre Jevons, por intermédio de Heam, servindo de elo intermediário.

tões de método,⁶ nem mesmo leva em consideração o método matemático. Devemos concluir daí que, para ele, a utilidade da Matemática é duvidosa?

Entre as influências que atuaram sobre Menger durante o período decisivo para seu pensamento, não se registra nenhuma de economistas políticos austríacos, simplesmente porque, na primeira metade do século XIX, a Áustria não dispunha de nenhum estuioso de Economia Política. Nas universidades frequentadas por Menger, a Economia Política era ensinada como parte da Jurisprudência, geralmente por cientistas vindos da Alemanha. Embora Menger, como aliás todos os estudiosos posteriores de Economia Política da Áustria, se tenha doutorado em ciências jurídicas, dificilmente se pode supor que tenha sido estimulado por seus professores de Economia a dedicar-se a essa ciência. E isso nos leva à sua história pessoal.

Menger nasceu a 28 de fevereiro de 1840 em Nova Sandec, na Galícia, território atualmente pertencente à Polónia. Seu pai era advogado e provinha de uma antiga família austríaca de artesãos, músicos, funcionários públicos e militares, a qual somente uma geração antes emigra para os territórios alemães da Boémia para as províncias do Leste. Seu avô materno,⁷ comerciante da Boémia, que durante as guerras napoleônicas adquirira patrimônio considerável, comprara uma grande propriedade agrícola na Galícia ocidental. Foi ali que Carl Menger passou grande parte de sua juventude, presenciando, antes de 1848, ainda a fase final da servidão camponesa, que nessa região da Áustria se conservou durante mais tempo do que em qualquer outra parte da Europa, exceto na Rússia. Juntamente com seus dois irmãos — Anton, que mais tarde escreveu sobre Direito e Socialismo, foi renomado autor do livro *Das Recht auf den vollen Arbeitsbeitrag* (*O Direito à Plena Remuneração do Trabalho*) e seu colega na Faculdade de Direito da Universidade de Viena, e Max, seu outro irmão, na época um conhecido parlamentar que escreveu sobre problemas sociais — Carl estudou nas Universidades de Viena (1859-1860) e Praga (1860-1863). Depois de seu doutoramento em Cracóvia, atuou primeiro como jornalista, escrevendo para os jornais — em Lemberg, e mais tarde em Viena — sobre assuntos diversos, mas nunca referentes apenas à Economia.⁸ Após alguns anos, entrou para o funcionalismo público administrativo no Departamento de Imprensa do Conselho de Ministros, ocupando o cargo que sempre representou uma posição especial no serviço público da Áustria e atraiu muitos homens de talento.

Wieser conta que Menger um dia lhe relatou caber-lhe, entre outras coisas, a tarefa de escrever para um órgão oficial, a *Wiener Zeitung*, resenhas sobre a situação do mercado e que, ao estudar os relatórios de mercado, se deu conta do marcante contraste existente entre as teorias tradicionais sobre os preços e os fatos que pessoas de experiência prática consideravam decisivos para a determinação dos preços. Não sabemos se foi essa a razão original que levou Menger a dedicar-se ao estudo do problema da determinação dos preços, ou se — o que é mais provável

— essa circunstância apenas imprimiu nova orientação aos estudos que já vinha fazendo desde os tempos de universidade. Entretanto, é difícil pôr em dúvida que de 1867/68 até a data de publicação dos *Princípios da Economia Política* ele tenha trabalhado intensivamente na solução desses problemas e tenha projetado a publicação até o momento em que o sistema, como teoria, lhe pareceu plenamente elaborado.⁹

Segundo se conta, Menger teria dito uma vez que escrevera os *Princípios* em um estado de exatidão doentia. Dificilmente isso significa que sua obra seja o resultado de uma inspiração repentina, e que tenha sido planejada e escrita com grande pressa. Poucos são os livros que passaram por uma preparação mais cuidadosa do que esse, e raramente qualquer esboço de idéia foi planejado e seguido mais conscienciosamente em todas as suas ramificações e detalhes. O pequeno volume editado na primavera de 1871 fora projetado de início como parte introduitória de uma obra mais extensa. Menger tratava as questões fundamentais, com relação a cuja solução não concordava com a opinião vigente, com a devida minuciosidade capaz de dar-lhe a certeza de estar construindo em terreno absolutamente seguro. Problemas tratados nessa "primeira parte, de natureza geral" (como se lê na página em que figura o título da obra): condições que levam à ação econômica, valor de troca, preços e dinheiro. Com base em anotações manuscritas de Menger — referidas por seu filho, após mais de 50 anos, na introdução à segunda edição — sabemos que a segunda parte da obra deveria tratar de "juros, salários, renda, renda, crédito e papel-moeda", enquanto a terceira parte "aplicada" deveria tratar da teoria da produção e do comércio, e a quarta parte estaria destinada à crítica do sistema econômico vigente e à discussão de sugestões para a reforma econômica.

Seu objetivo primordial, como está expresso no Prólogo do Autor (ver p. 241 e 316 desta tradução), era desenvolver uma teoria homogênea sobre o preço, capaz de explicar todos os fenômenos relativos a preços e, sobretudo, a juros, salário e renda, com base em um enfoque unitário. Todavia, mais da metade do volume se ocupa com assuntos que só prepararam o caminho para essa tarefa principal que imprimiu à nova Escola sua característica peculiar, ou seja, a concepção de valor, em seu sentido subjetivo e pessoal. E a esse ponto ele só chega após revisão profunda dos conceitos fundamentais que se impõem ao trabalho de análise dos fenômenos da vida econômica.

Torna-se aqui visível a influência dos autores alemães mais antigos, que se caracterizam pela predileção por classificações algo pedantes e definições complexas. Entretanto, na pena de Menger, os veneráveis "conceitos básicos" do tradicional Manual alemão despertam para nova vida. As áridas enumerações e definições transformam-se em poderosos instrumentos de análise, na qual cada novo passo parece decorrer necessariamente do passo anterior. Embora faltem à exposição de Menger muitas das formulações mais elegantes, como os termos e expressões mais sugestivos dos escritos de Boehm-Bawerk e Wieser, dificilmente se poderá dizer que a exposição de Menger seja de qualidade inferior às destes últimos — se não, sob muitos aspectos, até superior.

A presente introdução não objetiva apresentar um quadro concatenado das reflexões de Menger. Existem, porém, certos aspectos — menos conhecidos e algo surpreendentes — de sua dissertação que merecem menção especial. A cuidadosa investigação inicial sobre a relação causal existente entre as necessidades humanas e os meios que servem para o atendimento das mesmas leva, já nas primeiras páginas, à distinção — que hoje é célebre — entre bens de primeira, segunda, terceira

⁶ A única exceção, uma recensão sobre as Inquirições "Teoria dos Preços" de R. Auspitz e R. Lieben em um jornal (a *Wiener Zeitung* de 8 de julho de 1889), não pode ser-lhe a rigor, pois Menger aí salientava não querer, explicitamente, tecer comentários sobre o emprego da Matemática na representação dos princípios da Economia Política. O tom geral da recensão e a objeção de Menger contra o fato de que os autores "em seu entender, não utilizam a Matemática apenas como meio de representação, mas igualmente como meio de pesquisa", confirmam a impressão geral de que não considerava a Matemática muito útil.

⁷ Anton Menger, pai de Carl, era filho de outro Anton Menger, descendente de antiga família alemã, emigrada para Eger, na Boémia, em 1623, e sua mulher Anna Menger (em solteira Mueller). A mãe de Carl, Caroline, era filha de Josef Gerzabek, comerciante estabelecido em Hohenmaul, e sua mulher Therese, da família Kalans, cuja ascendência remonta aos séculos XVII e XVIII, segundo o registro de batismos de Hohenmaul.

⁸ Nessa época Menger também participou da fundação de um jornal, o *Wiener Tagblatt*, substituído logo depois pelo *Neues Wiener Tagblatt*, que durante muitos decênios permaneceu como um dos jornais mais influentes de Viena. Menger sempre manteve estreito contato com Moritz Szeps, renomado editor desse jornal, e com frequência se presumia que artigos publicados sem assinatura nesse jornal fossem da autoria de Menger.

⁹ As anotações manuscritas mais antigas, ainda conservadas, sobre a teoria do valor, datam de 1867.

ordem, e de ordem superior. Essa divisão, assim como o conceito — também igualmente familiar, em nossos dias — dos bens complementares — não obstante a impressão contrária e muito difundida —, caracteriza bem a atenção peculiar que a Escola austríaca sempre dispensou à estrutura técnica da produção — atenção essa que encontrou sua expressão mais autêntica na bem elaborada “parte propedêutica à teoria sobre o valor” que precede a discussão sobre a teoria do valor na obra de Wieser, *Theorie der gesellschaftlichen Wirtschaft* (1914).

Ainda mais digno de nota é o papel dominante que, desde o início, é atribuído ao fator tempo. Existe a idéia amplamente difundida de que os representantes mais antigos da Economia Política tendiam a negligenciar esse fator. Essa impressão talvez tenha fundamento em relação aos fundadores da concepção matemática da moderna teoria do equilíbrio, mas não no caso de Menger. Para ele, desenvolver atividade econômica é antes de tudo planejar para o futuro, e sua concepção a respeito do período, ou melhor, dos períodos que a previsão humana deve abarcar em relação às várias necessidades (ver sobretudo p. 260-262 desta tradução) é de grande atualidade.

Não é muito fácil imaginar hoje que Menger tenha sido o primeiro a basear a distinção entre bens livres e bens econômicos no conceito de escassez. Entretanto, como ele mesmo diz (nota 10 do capítulo II desta tradução), todos os autores alemães que antes dele utilizaram esse conceito — nomeadamente Hermann — haviam tentado basear a distinção na presença ou ausência de custos, no sentido de esforço, enquanto na bibliografia inglesa nem sequer se conhecia o conceito de escassez. Em sua aceção distintiva, o termo específico “*scarceness*” não é empregado em lugar algum, apesar de toda a análise de Menger basear-se nesse conceito. Em lugar desse termo, Menger emprega expressões mais complicadas como “quantidade insuficiente” ou “relação econômica de quantidade”.

Uma das características de toda a obra de Menger está no fato de atribuir mais importância à descrição cuidadosa de um fenômeno do que em designá-lo com um termo simples e adequado. Isso sem dúvida o impediu frequentemente de expressar-se com o vigor e a eficácia que seriam desejáveis, porém o preservou de certa unilateralidade e da tendência à simplificação excessiva à qual conduziam facilmente as fórmulas breves. O exemplo clássico disso é o fato de que Menger não inventou nem — quanto sabíamos — utilizou o termo *Grenznutzen* (utilidade marginal) introduzido por Wieser; ele sempre explica o termo “valor” com a pesada mas precisa formulação “a importância que, para nós, os bens concretos ou as quantidades concretas de bens adquirem pelo fato de, no atendimento de nossas necessidades, termos consciência de depender do fato de se dispor delas”. Quanto à grandeza desse valor, Menger o descreve como igual ao da importância do atendimento menos necessário obtível com uma porção parcial da quantidade disponível de bens (ver p. 283 e 294 desta tradução).

Outro exemplo, talvez menos importante, mas significativo, do receio que Menger tinha de resumir explicações em uma só fórmula já aparece quando fala da intensidade decrescente da necessidade individual com o aumento do atendimento da necessidade. Esse fato psicológico, que, sob o nome de “lei de Gossen sobre o atendimento das necessidades”, mais tarde passou a ocupar lugar supervalorizado dentro da teoria do valor, foi elogiado pelo próprio Wieser como sendo a principal descoberta de Menger; no sistema de Menger, no entanto, ocupa lugar mais adequado e menos importante — o de um dos fatores capazes de nos pôr em condições de ordenar diferentes sensações individuais de necessidade segundo seu grau de importância.

No tocante a outra questão mais interessante ainda — no contexto da teoria pura sobre o valor-subjetivo — as idéias de Menger são também de uma atualida-

de surpreendente. Embora ele diga, de passagem, que o valor é mensurável, suas explicações evidenciam com clareza que com isso quer dizer o seguinte: pode-se exprimir o valor de uma mercadoria qualquer colocando em seu lugar uma mercadoria de valor igual. Quanto às cifras que ele emprega para nos mostrar a escala de utilidade, afirma expressamente que não servem para mostrar a importância absoluta, mas apenas a importância relativa das necessidades (ver p. 326-333) e os seus exemplos, desde a introdução, evidenciam com absoluta clareza que os consideramos não como números cardinais, mas como números ordinais (p. 290 desta tradução).¹⁰

De acordo com o princípio geral, que lhe possibilitava basear a explicação do valor na utilidade, provavelmente a contribuição mais importante de Menger esteja na aplicação desse princípio ao caso no qual é necessário haver mais de um bem para garantir o atendimento de uma necessidade qualquer. Nessa parte revelam-se os frutos da análise conscienciosa da relação causal entre os bens e as necessidades — análise essa levada a efeito nos capítulos introdutórios — e do conceito de bens complementares e bens de ordens diferentes. Ainda hoje muitos ignoram que Menger resolveu o problema da distribuição da utilidade de um produto final pelos diversos bens de ordem superior cooperantes em sua produção — o problema da alocação (*Zurechnung*) como o denominou mais tarde Wieser — por meio de uma teoria altamente desenvolvida da produtividade marginal. Distingue ele claramente o caso em que são variáveis as proporções nos quais dois ou mais fatores podem ser empregados para a produção de uma mercadoria qualquer, do caso em que essas proporções são invariáveis. No primeiro caso, Menger resolve o problema da alocação, dizendo que as quantidades dos diversos fatores que podem ser substituídos entre si para se ter a mesma quantidade adicional do produto devem ter valor igual, ao passo que, em se tratando do caso de proporções invariáveis, diz que o valor dos diversos fatores é determinado por sua utilidade em aplicações alternativas (p. 313 *et seqs* desta tradução).

Nesta primeira parte de seu livro, dedicada à teoria do valor subjetivo — seguramente comparável aos trabalhos posteriores de Wieser, Boehm-Bawerk e outros —, existe um único ponto relevante no qual Menger apresenta lacuna ponderável. Uma teoria sobre o valor dificilmente poderá ser qualificada como completa — e por certo, jamais será convincente — quando não se esclarecer explicitamente qual é o papel que desempenham os custos de produção na determinação do valor relativo de mercadorias diferentes. No início de sua exposição, Menger mostra que tem consciência do problema. Promete tratar dele mais adiante. Entretanto, a promessa não é cumprida. Coube a Wieser a tarefa de desenvolver o que mais tarde se tornou conhecido como o princípio dos “*opportunity Kosten*” ou como a “lei de Wieser”. Essa lei diz o seguinte: quando em qualquer tipo de produção os fatores desta entram em composição diversa, a alteração limita a quantidade disponível de mercadoria, a ponto de o valor do produto não cair abaixo do valor total dos fatores participantes da produção, nessa utilização diversa.

Tem-se suspeitado que Menger e sua Escola ficaram tão satisfeitos com a descoberta dos princípios que determinam o valor na economia de um indivíduo, que sucumbiram à tendência de aplicar esse princípio precipitadamente, incorrendo em simplificações excessivas, na explicação do preço. Essa suspeita pode ter algum

¹⁰ Outros aspectos dignos de menção, que caracterizam a abordagem de Menger da teoria geral do valor, são a acenuação constante da necessidade de classificação das diferentes mercadorias mais sob o aspecto econômico do que sob o aspecto técnico (ver p. 301-303 e nota 11 do cap. III), a evidente antecipação da tese de Boehm-Bawerk sobre a minuziação das necessidades futuras (p. 305 e 308-309), e sua análise cuidadosa do processo pelo qual a acumulação de capital faz, paulatinamente, com que bens inicialmente livres e abundantes se transformem em bens escassos.